



VALOR DO FOMENTO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426238

EXTRATO DE FOMENTO Nº 188/2023

PROCESSO Nº: 202300042000196
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO CENTRO JUVENIL PELA VIDA - ACEJUVI - CALDAS NOVAS/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **CUSTEIO DESTINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426240

EXTRATO DE FOMENTO Nº 189/2023

PROCESSO Nº: 202300042000123
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA CASA DE APOIO SOCIAL RNA - ANÁPOLIS/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426241

EXTRATO DE FOMENTO Nº 190/2023

PROCESSO Nº: 202200042001223
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇU - APAE - CAÇU/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE COBERTURA DA PISCINA DA APAE DE CAÇU/GO**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 54.819,02 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 03 (três) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426242

EXTRATO DE FOMENTO Nº 191/2023

PROCESSO Nº: 202100042000873
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: LAR DO IDOSO DE GOIANÉSIA - GOIANÉSIA/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **CUSTEIO PARA COMPRA DE MATERIAL PARA REFORMA DO LAR DO IDOSO DE GOIANÉSIA**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426244

EXTRATO DE FOMENTO Nº 192/2023

PROCESSO Nº: 202100042004551
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE MOZARLÂNDIA - APAE MOZARLÂNDIA - MOZARLÂNDIA/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA APAE DE MOZARLÂNDIA/GO**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 02 (dois) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426245

EXTRATO DE FOMENTO Nº 193/2023

PROCESSO Nº: 202300042000317
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE CATALÃO - CATALÃO/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE CATALÃO/GO**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426248

EXTRATO DE FOMENTO Nº 194/2023

PROCESSO Nº: 202300042000213
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERINT/GO.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPIRAPUÃ - ITAPIRAPUÃ/GO.
OBJETO: A presente parceria tem por objeto recursos financeiros destinados para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS**, consoante especificações e objetivos constantes do Plano de Trabalho e demais documentos constantes nos autos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.
VALOR DO FOMENTO: R\$ 30.181,58 (trinta mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Protocolo 426249

Procuradoria Geral do Estado – PGE

EDITAL n. 6

PROCESSO SELETIVO DO III PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, LATO OU STRICTO SENSU, DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, Dr. Rafael Arruda Oliveira, na condição de coordenador, e a **PROCURADORA-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**, Dra. Helena Telino Monteiro, na forma da Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, Decreto estadual nº 9.618, de 20 de fevereiro de 2020, e Instrução Normativa nº 5/2021-GAB/PGE, tornam pública a prorrogação do **Processo Seletivo para o III Programa de Estágio de Pós-Graduação, Lato ou Stricto Sensu, na área de Direito, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás**, mediante as disposições estabelecidas neste Edital.



RESOLVE

Prorrogar o prazo de validade do Processo Seletivo do III Programa de estágio de pós-graduação, lato ou stricto sensu, da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, regido pelo edital nº 01/2022, de 18 de novembro de 2022, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 20/12/2023.

Rafael Arruda Oliveira
Procurador-Geral do Estado

Helena Telino Monteiro
Procuradora-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

**ANEXO I
CRONOGRAMA**

ATIVIDADE	DATA
Período de inscrições	Das 8h do dia 21/11/2022 às 22h do dia 25/11/2022
Prazo para a entrega de 3 (três) quilos de alimentos não perecíveis na sede da PGE-GO em Goiânia-GO, Procuradoria do Estado na Capital Federal (Brasília-DF) ou na Procuradoria Regional de Anápolis, para ratificação da inscrição	Até às 17h do dia 28/11/2022
Divulgação da relação preliminar de inscrições deferidas e indeferidas no site da PGE	Data provável de 30/11/2022
Prazo para interposição de recurso contra o indeferimento de inscrição	2 dias corridos
Divulgação da relação definitiva de inscrições deferidas e indeferidas no site da PGE, após prazo recursal.	Data provável de 5/12/2022
Divulgação do(s) local(is) e horário(s) da Avaliação Discursiva	Data provável de 7/12/2022
Realização da avaliação discursiva	11/12/2022
Publicação do resultado definitivo	Data provável de 20/12/2022

**ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Conteúdo programático para as vagas de Direito:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Procuradoria-Geral do Estado de Goiás na Lei Orgânica e na respectiva legislação complementar. 2. Controle de constitucionalidade. 2.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. 2.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão. 2.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade. 2.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 2.5 Representação Interventiva. 2.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 2.7 Recurso Extraordinário. 2.8 Súmula Vinculante. 2.9 Reclamação Constitucional. 2.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. 2.11 Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal. 2.12 Direitos fundamentais individuais e sociais. 2.13 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Licitações e contratos administrativos. 1.1 Legislação pertinente. 1.1.1 Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021. 1.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 1.1.3 Decreto estadual nº 9.666/2020. 1.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 1.2 Fundamentos constitucionais das licitações e contratações públicas. 1.3 Leis estaduais nº 17.928/2012 e nº 15.503/2005. 1.4. Regime jurídico das parcerias sociais com o Terceiro Setor. 1.5 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Tributo: conceito e classificação. 2 Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal: princípios gerais; limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União; tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal; tributos de competência dos Municípios; repartição das receitas tributárias. 3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 4 Responsabilidade tributária: conceitos; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações. 5 Interpretação e integração das leis tributárias. 6 Fato gerador: conceito e características essenciais. 7 Norma geral antielisão. 8 Tarifa e preço público. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. 9 Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. 10 Prescrição e decadência. 11 Garantias e privilégios de crédito tributário. 12 Administração tributária. 12.1 incidência e não incidência. 12.2 Representação fiscal para fins penais. 13 Imunidade, isenção e anistia. 14 Dívida ativa. 15 Certidões Negativas. 16 Processo judicial tributário. 16.1 Ação de execução fiscal e embargos à execução. 16.2 Lei nº 6.830/1980 (execução fiscal). 16.3 Lei nº 8.397/1992 e suas alterações (Ação cautelar fiscal). 16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 16.5 Ação anulatória de débito fiscal. 16.6 Mandado de segurança. 16.7 Ação de repetição de indébito. 16.8 Ação de consignação em pagamento. 16.9 Ações de controle de constitucionalidade. 16.10 Ação civil pública. 16.11 Ação popular. 16.12 Ação rescisória. 17 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 1.2 Advocacia Pública. 1.3 Prazos. 1.4 Nulidades. 1.5 Tutela provisória. 1.5.1 Tutela de urgência. 1.5.2 Disposições gerais. 1.6 Formação, suspensão e extinção do processo. 1.7 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 1.7.1 Procedimento comum. 1.7.2 Disposições Gerais. 1.7.3 Petição inicial. 1.7.4 Improcedência liminar do pedido. 1.7.5 Audiência de conciliação ou de mediação. 1.7.6 Contestação, reconvenção e revelia. 1.7.7 Audiência de instrução e julgamento. 1.7.8 Providências preliminares e do saneamento. 1.7.9 Julgamento conforme o estado do processo. 1.7.10 Provas. 1.7.11 Sentença e coisa julgada. 1.7.12 Cumprimento da sentença. 1.7.13 Disposições Gerais. 1.7.14 Cumprimento. 1.7.15 Liquidação. 1.8 Processos de execução. 1.9 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 2 Mandado de segurança. 3 Ação popular. 4 Ação civil pública. 5 Ação de improbidade administrativa. 6 Reclamação constitucional. 7 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). 8 Assunção de competência (IAC). 9 Recursos. 10 Precedentes vinculantes. 11 Controle de constitucionalidade. 12 Ação rescisória. 13 Juizados especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados. 14. Jurisprudência dos tribunais superiores.

Protocolo 426341

Secretaria de Estado da Casa Militar

Extrato da Portaria nº 135/2023 que designa Gestor O Secretário-Chefe da Secretaria de Estado da Casa Militar, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/1993, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 202300015000662, resolve designar o servidor Capitão QOPM João Carlos Borges Ferreira, CPF nº XXX.876. XXX-03, Gerência de Suporte Administrativo da Superintendência de Administração do Palácio das Esmeraldas, para atuar como gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato